



IX CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

Portugal, território de territórios

ÁREA TEMÁTICA: Experiências e Perfis Profissionais [ST]

OS SOCIÓLOGOS E AS CARTAS EDUCATIVAS: O CASO DE VILA FRANCA DE XIRA

CAPUCHA, Luís

Doutoramento, ISCTE-IUL, luis.capucha@iscte.pt

ALVES, Elisa

Mestrado, ISCTE-IUL, elisa.palma.alves@gmail.com

TAVARES, Inês

Licenciatura, ISCTE-IUL, istss@iscte.pt

Resumo

A comunicação que se propõe trata do contributo da Sociologia e dos sociólogos para o planeamento estratégico da educação, materializado no caso específico da Carta Educativa de Vila Franca de Xira.

A experiência de elaboração de uma Carta Educativa, por parte de uma equipa de sociólogos do CIES-IUL, e a metodologia adotada põem em evidência a importância da Sociologia no Planeamento e na mobilização das metodologias de investigação-ação, num contexto em que outras disciplinas têm tendido a padronizar procedimentos e a transformar o exercício do planeamento e da avaliação numa mera administração de instrumentos pré-fabricados.

Neste sentido, pretende explorar-se, através da perspectiva e da imaginação sociológica, algumas das potencialidades de instrumentos já implantados no campo da educação, como é o caso da Carta Educativa.

Abstract

The proposed communication deals with the contribution of sociology and sociologists to the strategic planning of education, materialized in the specific case of the Education Charter of Vila Franca de Xira.

The experience of elaborating an Education Charter by a team of CIES-IUL sociologists and the methodology adopted highlight the importance of Sociology in Planning and the mobilization of research-action methodologies in a context in which other disciplines have tended to standardize procedures and to transform the exercise of planning and evaluation into a mere administration of prefabricated instruments.

In this sense, we intend to explore, through the perspective and the sociological imagination, some of the potentialities of instruments already implanted in the field of education, as is the case of the Education Charter.

Palavras-chave: Educação, Carta Educativa, Poder Local, Planeamento Estratégico

Keywords: Education, Education Charter, Local Government, Strategic Planning

[COM0023]

A presente comunicação propõe-se tratar do contributo da Sociologia e dos sociólogos para o planeamento estratégico da educação, materializado no caso específico da Carta Educativa de Vila Franca de Xira.

A experiência de elaboração de uma Carta Educativa, por parte de uma equipa de sociólogos do CIES-IUL, e a metodologia adotada, põem em evidência a importância da Sociologia no planeamento e na mobilização das metodologias de investigação-ação, num contexto em que outras disciplinas têm tendido a padronizar procedimentos e a transformar o exercício do planeamento e da avaliação numa mera administração de instrumentos pré-fabricados.

A Carta Educativa corresponde a um instrumento de planeamento e ordenamento de edifícios e equipamentos, de acordo com as ofertas de educação e formação que sejam necessárias satisfazer, tendo em vista uma melhor utilização dos recursos. Assim, assume o objetivo da adequação da rede de estabelecimentos e da oferta educativa. Neste sentido, a Carta Educativa constitui um documento de planeamento da educação a nível concelhio, enquadrado legalmente pelo Decreto-Lei 7/2003, de 15 de janeiro. Em geral, foca-se no planeamento urbano de infraestruturas, que sirva e repense a rede escolar e os respetivos equipamentos.

Porém, na atualidade verifica-se um contexto de valorização do papel das comunidades e dos projetos educativos, transformando este tipo de Carta Educativa num mecanismo com muito pouco alcance, em especial quando se verifica que o grosso da intervenção na rede já foi implementado. A Carta Educativa deve remeter, então, para a organização do sistema educativo de um ponto de vista mais abrangente, valorizando o papel das comunidades e dos projetos educativos.

Para a efetivação desta transformação, é importante refletir sobre as transformações do atual panorama da educação. Por um lado, o debate público e a mediatização da descentralização crescente de diversas competências. Existem algumas propostas de modalidades sobre este tema (algumas aplicadas, outras apenas enunciadas) que vão da municipalização (incluindo, nas versões mais radicais, do currículo na totalidade) até ao reforço do centralismo, onde tudo é decidido a nível central. Pelo meio, fica uma lógica de negociação dos recursos e da oferta escolar com estruturas locais do Ministério da Educação, com a atribuição de um leque limitado de competências, em algumas áreas, às autarquias. A Carta Educativa situa-se neste *continuum*, procurando reforçar as competências das autarquias no domínio dos equipamentos e infraestruturas escolares. É de ressaltar que a municipalização traz vantagens, como projetos transversais ao nível concelhio, partilha de recursos entre toda a comunidade educativa ou maior coordenação e maior capacidade negocial com o poder central. No entanto, acarreta perigos, nomeadamente o crescimento de desigualdades a nível do território nacional, o menor escrutínio das decisões e dos decisores ou o perigo da privatização, sem a necessária qualidade do serviço educativo.

As condições necessárias para que a Carta Educativa seja mais do que um conjunto de mapas que cruzem a capacidade de acolher a procura dos equipamentos, passa por não se limitar a transferir as atuais políticas e práticas centrais para uma nova tutela local. É igualmente relevante que não seja apenas uma via para a redução da despesa, consubstanciando-se numa imposição de piores condições de trabalho. Assim, afigura-se central que esta alteração se oriente para a promoção de “Projetos Educativos Concelhios”, transformando a Carta Educativa numa oportunidade para promover um “Sistema Local para a Qualificação” que comporte um diagnóstico partilhado entre todos os agentes (escolas, IPSS, empresas, sindicatos, associações culturais e sociais, associações de pais, autarquias, forças de segurança, serviços de formação e emprego, serviços de saúde e de ação social, etc.), envolvendo todos os agentes na definição das prioridades e dos objetivos, bem como nas ações e nos projetos a desenvolver.

No projeto aqui retratado, decidiu-se elaborar uma Carta Educativa considerando outras dimensões além do ordenamento do território. Uma dimensão inicial prende-se com a caracterização geral do concelho, a nível territorial, demográfico, de acessibilidades, habitacional e em termos económicos. De seguida, analisa-se

aprofundadamente o sistema educativo concelhio em todas as suas vertentes, passando por uma análise *SWOT* e propondo um plano de implementação, bem como o acompanhamento e monitorização do mesmo.

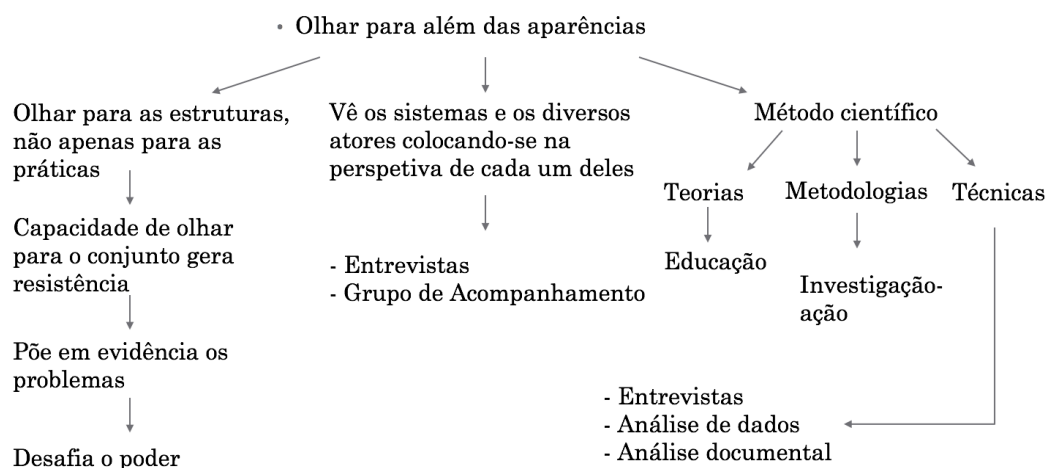
Para a elaboração da Carta Educativa procedeu-se a uma metodologia mista, através da recolha de dados primários e secundários. Neste sentido, efetuaram-se mais de 30 entrevistas semi-diretivas a diferentes agentes educativos, e diversas reuniões com um painel de acompanhamento, de regularidade mensal. Este painel foi habitualmente composto pelos diretores dos agrupamentos das escolas públicas, por representantes da Câmara Municipal e autarcas, representantes das escolas privadas e das IPSS, entre outros. Procedeu-se à recolha de informação estatística primária, através da elaboração e aplicação de um inquérito por questionário; e informação estatística secundária, proveniente de diversos ministérios e do INE. Este conjunto de informação permitiu a construção de uma alargada base de dados, caracterizadora do concelho em diferentes domínios. Em particular, é de destacar a informação referente a todas as escolas públicas do concelho, nomeadamente: número de alunos por idade, sexo e ano de escolaridade, alunos com Necessidades Educativas Especiais por sexo, idade, ano de escolaridade e modalidades, turmas por anos escolares e modalidades, infraestruturas disponíveis na escola, pelo nível de adequação e de conservação, atividades de animação e apoio à família, atividades de enriquecimento curricular, apoios escolares, docentes por sexo, idade, exercício de funções, grupo de recrutamento e categoria, funcionários não docentes, formações nas escolas, movimentação dos alunos e abandono, alunos retidos e alunos com NEE retidos, alunos que transitaram e concluíram e alunos com NEE que transitaram e concluíram.

A informação recolhida, indispensável ao desenvolvimento do projeto, tem um cariz marcadamente sociológico. Desde a elaboração dos guiões de entrevista, à procura de determinados dados, à própria escolha do procedimento metodológico, apenas é concretizável devido a uma perspetiva sociológica presente no projeto e na forma como foi encarado. Com isto não se quer afirmar que apenas os sociólogos têm capacidade para elaborar uma Carta Educativa: quer afirmar-se a especificidade e o valor acrescentado que o conhecimento sociológico proporciona a este tipo de trabalho.

No entanto, e por via desta natureza sociológica, o projeto procurou sempre a multidisciplinariedade, conceito advogado frequentemente pela sociologia contemporânea. Assim, houve uma forte ligação com outras áreas como a demografia, a geografia e a economia, tanto por via da utilização de determinadas ferramentas das respetivas disciplinas, como no recurso aos seus profissionais para pensar e analisar diferentes questões.

Tendo presente que a multidisciplinariedade é uma característica marcante para muitos dos estudos efetuados atualmente no âmbito da sociologia, é relevante pensar na profissão de sociólogo enquanto, ela própria, uma profissão predisposta para a cooperação multidisciplinar. Isto é, uma profissão que ao longo da sua formação vai refletindo e aprendendo a instrumentalizar variados contributos de diferentes ciências para os mobilizar no trabalho sociológico.

Da experiência acumulada tanto dos autores como do próprio património das teorias da sociologia, os diversos agentes assumem diferentes estratégias no que respeita às suas formas de participação, ao tipo de envolvimento, de comprometimento e de capacidade negocial, o que revela papéis, estatutos, hierarquias e representações distintas. A ação mediadora dos sociólogos neste processo pode contribuir para romper com ideias de senso-comum, para introduzir o pensamento crítico, para promover o envolvimento dos agentes e para a negociação de objetivos e projetos comuns. Pelo seu conhecimento e metodologias, o sociólogo é, assim, capaz de promover o envolvimento da comunidade no diagnóstico e na resolução dos problemas, através da observação e compreensão que faz da interação daqueles. Por esta via, modera essa mesma interação, conferindo à comunidade a possibilidade de mudança, marca de uma sociologia implicada com a ação educativa e com a investigação-ação.



Quadro 1 - Perspetiva Sociológica

Para melhor compreender a perspetiva sociológica, é necessário olhar para além das aparências. Como esquematiza o Quadro 1, para olhar para além das aparências é necessária a coexistência de três principais fatores aqui focados:

- Por um lado, olhar para as estruturas e não apenas para as práticas, proporcionando uma capacidade de olhar para o conjunto. No entanto, essa visão gera resistência, uma vez que põe em evidência os problemas de determinado contexto, desafiando o poder instaurado;
- Por outro lado, ver os sistemas e os diversos atores colocando-se na perspetiva de cada um deles, isto é, pensar as problemáticas tendo por base as múltiplas visões dos diversos agentes envolvidos, informação recolhida por via de entrevistas e das reuniões do grupo de acompanhamento; e
- Por fim, através do método científico, que se consubstancia em três principais vertentes, as teorias – no caso aqui retratado, as teorias da educação – as metodologias – especificamente, as da investigação-ação – e as técnicas – em particular, a entrevista, a análise de dados e a análise documental.

Outra premissa fundamental prende-se com a imaginação sociológica (Mills, 1982), assumindo três principais artérias:

- A imaginação antropológica, correspondendo à diversidade de culturas e sociedades no espaço;
- A imaginação histórica, respeitante à diversidade de culturas e sociedades no tempo, e
- A imaginação crítica, isto é, a defesa de que as coisas podem ser diferentes do que são, podendo imaginar-se a sociedade não na lógica das artes e da filosofia, mas sim com base no método científico. Ou seja, a capacidade de explicar o social pelo social.

Com esta estratégia metodológica, que envolve a comunidade no diagnóstico e na resolução dos problemas, devolve-se à comunidade e aos agentes o pensamento para a ação. Por esta via não se deixa, no entanto, de observar e analisar criticamente o envolvimento dos agentes, no sentido de o compreender melhor. Aquilo que se consegue é, precisamente, ir ao encontro de uma sociologia implicada com a ação educativa, adotando a premissa da imaginação sociológica, do rigor científico e da contribuição para o amadurecimento de um campo de intervenção profissional dos sociólogos. Procurou-se, assim, através desta visão científico-profissional, elaborar a Carta Educativa de Vila Franca de Xira, na expectativa de que constitua um exemplo das potencialidades da investigação-ação, tão particular da Sociologia.